

RESULTADOS 2025

Campo Grande, 12 de março de 2026 – A Administração da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Mato Grosso do Sul", "EMS" ou "Companhia") apresenta resultados do quarto trimestre (4T25) e do exercício de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



1,2 milhão
clientes cativos



1.137
clientes livres



2,7 milhões
de habitantes



328.309
Km²



2.672
Colaboradores ⁽¹⁾
1.411 próprios e
1.261 terceirizados



74
municípios

⁽¹⁾ Não considera os colaboradores das empresas prestadores de serviço ligadas à construção.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões						
Receita operacional líquida	1.203,4	1.270,6	- 5,3	4.751,8	4.522,1	+ 5,1
Receita operacional líquida ajustada ⁽¹⁾	991,4	1.070,9	- 7,4	3.892,9	3.761,5	+ 3,5
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	470,4	418,6	+ 12,4	1.810,4	1.758,3	+ 3,0
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	407,9	390,7	+ 4,4	1.267,7	1.300,0	- 2,5
Resultado financeiro	(142,2)	(82,9)	+ 71,5	(461,4)	(323,6)	+ 42,6
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	114,7	160,7	- 28,6	378,0	517,1	- 26,9
Indicadores Operacionais Consolidados						
Número de consumidores cativos (mil)	1.171,2	1.152,7	+ 1,6	1.171,2	1.152,7	+ 1,6
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	1.069,0	1.163,0	- 8,1	4.128,9	4.482,0	- 7,9
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁵⁾	1.600,3	1.657,5	- 3,4	6.227,2	6.506,5	- 4,3
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado recorrente /Receita líquida ajustada (%)	31,0	23,9	+ 7,1 p.p.	30,0	31,0	- 1,0 p.p.
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
	31/12/2025			31/12/2024		
						Var. %
Ativo total		8.113,3		7.189,6		+ 12,8
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras		1.144,5		1.032,2		+ 10,9
Patrimônio líquido		1.129,1		1.167,1		- 3,3
Endividamento líquido		3.880,7		3.334,4		+ 16,4

(1) Receita líquida ajustada: expurgando os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. | Margem bruta ajustada expurgando os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. RECEITA OPERACIONAL

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita líquida por classe de consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	1.044,9	1.161,7	-10,1	3.989,1	4.469,4	-10,7
(+) Suprimento de energia elétrica	9,2	5,4	+ 69,9	103,9	36,3	+ 186,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	7,2	72,6	- 90,0	(33,7)	(17,9)	+ 87,7
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	202,0	158,8	+ 27,2	738,4	608,3	+ 21,4
(+) Receita de construção de infraestrutura	193,0	157,2	+ 22,7	714,2	622,0	+ 14,8
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	71,7	(20,6)	-	362,8	49,7	+ 630,1
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	192,0	134,3	+ 43,0	656,6	468,4	+ 40,2
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	18,9	42,4	- 55,4	144,7	138,6	+ 4,4
(+) Outras receitas	11,7	11,2	+ 4,5	49,1	39,3	+ 24,8
(=) Receita bruta	1.750,7	1.723,0	+ 1,6	6.725,1	6.413,9	+ 4,9
(-) Impostos sobre vendas	(336,0)	(341,2)	- 1,5	(1.274,3)	(1.291,2)	- 1,3
(-) Encargos setoriais	(211,3)	(111,3)	+ 89,9	(698,9)	(600,7)	+ 16,3
(=) Receita líquida combinada	1.203,4	1.270,6	- 5,3	4.751,8	4.522,0	+ 5,1
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(18,9)	(42,4)	- 55,4	(144,7)	(138,6)	+ 4,4
(-) Receita de construção de infraestrutura	(193,0)	(157,2)	+ 22,7	(714,2)	(622,0)	+ 14,8
(=) Receita operacional líquida ajustada	991,4	1.070,9	- 7,4	3.892,9	3.761,5	+ 3,5
(-) Custos e despesas não controláveis	(521,0)	(652,3)	-20,1	(2.082,5)	(2.003,3)	+ 4,0
(-) Energia elétrica comprada para revenda	(387,9)	(549,7)	- 29,4	(1.552,1)	(1.583,1)	- 2,0
(-) Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(133,1)	(102,7)	+ 29,6	(530,4)	(420,2)	+ 26,2
(=) Margem bruta ajustada	470,4	418,6	+ 12,4	1.810,4	1.758,3	+ 3,0
(+) Provisão de efeitos de geração distribuída	-	135,3	-	-	135,3	-
(=) Margem bruta ajustada e recorrente	470,4	553,8	- 15,1	1.810,4	1.893,5	- 4,4

3.1. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.600 GWh, recuando 3,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T25 o clima foi mais frio – por exemplo, o indicador de CDD recuou 12,4%, impactando principalmente os clientes residencial e comerciais.

A maioria das classes teve recuo do consumo, sobretudo a classe comercial (-7,2%), seguida pela residencial (2,5%), principalmente pelas temperaturas mais amenas, e rural (-7,3%). Por outro lado, a classe industrial teve alta de 1,4%, com destaque para o setor de alimentos, principalmente frigoríficos, e minerais metálicos. Entre os mercados, os consumidores livres apresentaram alta, motivados por novas cargas, ampliações e migração de clientes. Já no cativo, os clientes que possuem Mini e Micro Geração Distribuída (MMGD) foram destaque - descontando o efeito da compensada dos clientes GD tipo II e III recuaria 7,7%.

No acumulado de 2025, o mercado recuou 4,3%, com alta nas principais classes, principalmente a industrial, residencial e rural. Além da questão climática, com temperaturas mais amenas que em 2024, também contribuiu a redução de consumo desse grande cliente industrial, que no ano passado teve um consumo muito acima da média, pois estava realizando testes em sua planta – descontando o efeito desse cliente, o consumo da EMS recuaria 2,4%.

A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Residencial	628,5	644,8	- 2,5	2.331,0	2.391,1	- 2,5
Comercial	146,1	179,6	- 18,7	588,6	732,1	- 19,6
Industrial	28,6	37,6	- 24,0	130,5	171,1	- 23,7
Rural	125,8	140,5	- 10,5	526,9	570,6	- 7,7
Outros	140,2	160,4	- 12,6	551,9	617,0	- 10,5
1 Mercado Cativo	1.069,0	1.163,0	- 8,1	4.128,9	4.482,0	- 7,9
Residencial	-	-	-	-	-	-
Comercial	100,5	86,1	+ 16,8	403,8	330,6	+ 22,1
Industrial	385,7	371,0	+ 4,0	1.530,8	1.555,6	- 1,6
Rural	11,6	7,6	+ 52,6	39,1	24,5	+ 59,5
Outros	33,5	29,8	+ 12,3	124,5	113,8	+ 9,4
2 Mercado (TUSD)	531,3	494,5	+ 7,4	2.098,3	2.024,6	+ 3,6
Residencial	628,5	644,8	- 2,5	2.331,0	2.391,1	- 2,5
Comercial	246,6	265,8	- 7,2	992,5	1.062,8	- 6,6
Industrial	414,3	408,6	+ 1,4	1.661,3	1.726,7	- 3,8
Rural	137,3	148,1	- 7,3	566,0	595,1	- 4,9
Outros	173,7	190,3	- 8,7	676,5	730,8	- 7,4
3 Mercado (1+2)	1.600,3	1.657,5	- 3,4	6.227,2	6.506,5	- 4,3
3.1 Compensada GD II/III	148,4	85,1	+ 74,4	453,8	220,8	+ 105,5
3.2 Mercado - Compensada GD II/III (3-3.1)	1.452,0	1.572,4	- 7,7	5.773,4	6.285,7	- 8,2
4 Fornecimento Não Faturado	37,7	70,3	- 46,3	(37,0)	(,5)	+ 6.723,1
5 Mercado + Fornecimento Não Faturado (3+4)	1.638,1	1.727,8	- 5,2	6.190,2	6.506,0	- 4,9
5.1 Mercado - Compensada GD II/III + fornecimento não faturado (3.2+4)	1.489,7	1.642,8	- 9,3	5.736,4	6.285,2	- 8,7

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o período com 1.171.193 unidades consumidoras cativas, número 1,6% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 1.137 consumidores livres, apresentando um crescimento de 46,5%.

Informações adicionais estão disponíveis no Boletim de Mercado (clique aqui) ou no site de Relações com Investidores: <https://ri.energisa.com.br/>

3.2. Perdas de energia elétrica ("perdas")

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	
8,01	7,48	7,51	3,15	3,98	4,58	11,16	11,45	12,09	13,14

3.2 Gestão da inadimplência

3.2.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/25	dez/24	Variação em p.p.
1,46	1,14	+0,31

3.2.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/25	dez/24	Variação em p. p.
97,68	97,61	+ 0,07

3.3. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Abaixo, os resultados de DEC e FEC no trimestre:

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/25	dez/24	Var. (%)	dez/25	dez/24	Var. (%)		
9,12	9,07	+ 0,6	4,32	4,26	+ 1,4	9,92	6,43

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

A ANEEL, por meio do ofício nº44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. A Companhia já está cumprindo os percentuais previstos pelo regulador.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	521,0	652,3	- 20,1	2.082,5	2.003,3	+ 4,0
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	387,9	549,7	- 29,4	1.552,1	1.583,1	- 2,0
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	133,1	102,7	+ 29,6	530,4	420,2	+ 26,2
2 Custos e despesas controláveis	143,7	159,9	- 10,1	600,8	562,8	+ 6,7
2.1 PMSO	131,0	139,1	- 5,8	508,8	483,0	+ 5,4
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	33,4	51,1	- 34,7	167,8	174,6	- 3,9
2.1.2 Material	10,9	9,2	+ 18,1	37,7	33,7	+ 12,0
2.1.3 Serviços de terceiros	76,0	67,8	+ 12,2	267,5	239,6	+ 11,7
2.1.4 Outras	10,7	11,0	- 2,4	35,8	35,2	+ 1,8
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,0	0,0	+ 3,2	0,1	0,5	- 70,6
✓ Outros	10,7	10,9	- 2,4	35,7	34,7	+ 2,9
2.2 Provisões/Reversões	12,7	20,8	- 38,7	91,9	79,9	+ 15,1
2.2.1 Contingências	4,9	4,5	+ 9,6	23,0	21,8	+ 5,5
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	7,8	16,3	- 52,0	68,9	58,1	+ 18,7
3 Demais receitas/despesas	76,2	52,1	+ 46,4	260,5	224,0	+ 16,3
3.1 Amortização e depreciação	56,8	48,8	+ 16,2	217,8	193,3	+ 12,7
3.2 Outras receitas/despesas	19,5	3,2	+ 500,8	42,7	30,7	+ 39,1
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	741,0	864,3	- 14,3	2.943,8	2.790,1	+ 5,5
Custo de construção de infraestrutura ⁽¹⁾	193,0	157,2	+ 22,7	714,2	622,0	+ 14,8
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	934,0	1.021,5	- 8,6	3.657,9	3.412,1	+ 7,2

⁽¹⁾ Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

5. LUCRO LÍQUIDO E EBITDA

Segue a composição do lucro líquido considerando os efeitos do VNR:

Descrição	Trimestre				Exercício			
Valores em R\$ milhões	4T25	4T24	Var. %	Var. R\$	2025	2024	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	60,7	183,8	- 67,0	(123,1)	407,0	603,7	- 32,6	(196,7)
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(12,5)	(28,0)	- 55,4	15,5	(95,5)	(91,5)	+ 4,4	(4,0)
(=) Lucro líquido ajustado	48,2	155,8	- 69,0	(107,6)	311,5	512,2	- 39,2	(200,7)
(+/-) Efeitos não recorrentes e extraordinários	66,5	4,9	+ 1.246,5	+ 61,5	66,5	4,9	+ 1.246,5	+ 61,5
Provisão de efeitos de geração distribuída	-	89,3	-	- 89,3	-	89,3	-	- 89,3
Juros Selic sobre débitos tributários	-	(84,3)	-	+ 84,3	-	(84,3)	-	+ 84,3
Baixa Créditos Tributários	66,5	-	-	+ 66,5	66,5	-	-	+ 66,5
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	114,7	160,7	- 28,6	- 46,1	378,0	517,1	- 26,9	- 139,2

No âmbito social e cultural, a Energisa apoia projetos voltados à valorização das identidades regionais, à preservação da memória local e ao fortalecimento da economia criativa, alinhando seus investimentos à agenda ASG e à promoção da diversidade cultural.

Em 2025, a Energisa Mato Grosso do Sul destinou R\$ 3,4 milhões a iniciativas de impacto socioambiental, abrangendo programas nas áreas de educação, cultura e esporte. Esses investimentos contribuem para o fortalecimento do capital social nas comunidades atendidas, ampliando a inclusão, estimulando práticas sustentáveis e consolidando a atuação responsável da Companhia em suas áreas de concessão, em linha com seus compromissos públicos de longo prazo.

Eficiência energética

O Grupo Energisa mantém compromisso permanente com eficiência energética e sustentabilidade, integrando essas frentes à sua estratégia operacional e regulatória. Em 2025, a Energisa Mato Grosso do Sul destinou R\$ 15,0 milhões ao Programa de Eficiência Energética (PEE), reforçando sua atuação na racionalização do consumo e na promoção de soluções energeticamente mais eficientes em sua área de concessão.

Entre as iniciativas desenvolvidas, destaca-se o projeto Nossa Energia, voltado à educação para o consumo consciente e à substituição de equipamentos ineficientes em comunidades atendidas pela Companhia. No período, foram substituídas aproximadamente 89 mil lâmpadas por modelos LED, 937 geladeiras e 2.332 ventiladores, contribuindo para a redução do consumo de energia e para o alívio do orçamento das famílias beneficiadas.

As iniciativas implementadas no âmbito do PEE geram benefícios socioambientais mensuráveis, ao promover o uso eficiente da energia, reduzir desperdícios e contribuir para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa, em linha com os compromissos de sustentabilidade da Companhia e com a criação de valor de longo prazo.

Iniciativas socioculturais

No âmbito sociocultural, o Grupo Energisa desenvolve iniciativas alinhadas à agenda ASG, com foco na valorização da diversidade cultural e no fortalecimento das economias locais nas regiões onde atua. A Companhia apoia manifestações culturais autênticas, incentiva a preservação da memória e fomenta a economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, inclusive em biomas sensíveis e territórios de maior vulnerabilidade socioambiental.

A implementação dessas iniciativas ocorre por meio de suas organizações sociais, com destaque para o Instituto Energisa, que atua como braço estruturado de investimento social privado do Grupo. O Instituto tem como propósito potencializar o desenvolvimento dos territórios por meio de projetos educacionais, culturais, sociais e esportivos, promovendo impacto positivo e geração de valor compartilhado.

No segmento cultural, o Instituto Energisa promove ações voltadas ao estímulo das expressões artísticas locais, por meio de programação multilinguagem e inclusiva, fortalecendo cadeias produtivas da cultura e ampliando o acesso da população a bens e serviços culturais.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2025

	2025			2024		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)			4.751.788			4.522.099
Resultado operacional (RO)			632.477			786.331
Folha de pagamento bruta (FPB)			172.051			177.90
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	28.519	16,58%	0,60%	35.332	19,86%	0,78%
Encargos sociais compulsórios	23.967	13,93%	0,50%	23.067	12,97%	0,51%
Previdência privada	5.420	3,15%	0,11%	5.101	2,87%	0,11%
Saúde	28.259	16,42%	0,59%	23.666	13,30%	0,52%
Segurança e saúde no trabalho	8.390	4,88%	0,18%	8.395	4,72%	0,19%
Educação	-	0,00%	0,00%	151	0,08%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.479	0,86%	0,03%	1.012	0,57%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	389	0,23%	0,01%	389	0,22%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	21.578	12,54%	0,45%	35.645	20,04%	0,79%
Outros	10.744	6,24%	0,23%	9.737	5,47%	0,22%
Total - Indicadores sociais internos	128.745	74,83%	2,71%	142.495	80,10%	3,15%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	875	0,14%	0,02%	865	0,11%	0,02%
Cultura	1.075	0,17%	0,02%	1.636	0,21%	0,04%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	307	0,05%	0,01%	310	0,04%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	1.174	0,19%	0,02%	1.033	0,13%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	3.431	0,54%	0,07%	3.844	0,49%	0,09%
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.012.041	318,12%	42,34%	1.179.339	149,98%	26,08%
Total - Indicadores sociais externos	2.015.472	318,66%	42,41%	1.183.183	150,47%	26,17%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	209.547	33,13%	4,41%	47.985	6,10%	1,06%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	459	0,07%	0,01%	389	0,05%	0,01%
Total dos investimentos em meio ambiente	210.006	33,20%	4,42%	48.374	6,15%	1,07%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2025			2024		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.411			1.445		
Nº de admissões durante o período	196			284		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.963			2.278		
Nº de estagiários(as)	13			16		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	159			121		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	177			171		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19,77%			16,28%		
% de negros(as) que trabalham na empresa	744			745		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	30,20%			29,07%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	64			61		

Complementarmente, o Programa Energisa Cultural, lançado em 2022, apoia projetos culturais em diferentes estados do país, por meio de mecanismos de incentivo fiscal. O Programa opera com fluxo contínuo de inscrição e compõe o portfólio estruturado de investimentos culturais do Grupo, em linha com sua estratégia de sustentabilidade e compromisso de longo prazo com o desenvolvimento regional.

Sustentabilidade na cadeia de fornecedores

Em 2025, a Energisa concentrou seus esforços em sustentabilidade na gestão da cadeia de fornecedores, reforçando o compromisso com as práticas ambientais, sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a responsabilidade compartilhada quanto à adoção de padrões sustentáveis por seus parceiros.

Nesse contexto, teve continuidade o Programa Sinergisa, voltado ao desenvolvimento dos fornecedores do Grupo Energisa. A iniciativa contempla avaliações de gestão e a disseminação de práticas e referenciais reconhecidos internacionalmente, com o objetivo de aprimorar os padrões de materiais e serviços contratados. Além de contribuir para a mitigação de riscos na cadeia de suprimentos, o programa estimula a evolução contínua dos processos e da governança dos parceiros.

A Companhia mantém monitoramento sistemático de seus fornecedores, incentivando a adoção de melhorias estruturais em seus processos produtivos, em conformidade com os princípios ASG, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética do Grupo Energisa, priorizando relações comerciais com parceiros alinhados às melhores práticas de mercado.

Adicionalmente, o material orientativo utilizado nas avaliações e no Programa de Desenvolvimento Assistido foi revisado ao longo do período, assegurando maior aderência às diretrizes e recomendações ASG.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

9.1. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

9.2. Empréstimos – Liberação de recursos

Em 03 de março de 2026 a Companhia teve a liberação de R\$ 144,0 milhões referente à segunda parcela do contrato Nº 23.2.0329-1 de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES firmado em 06 de fevereiro de 2024.

A Administração.

(Em milhares de reais)

	2025			Metas 2024		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		35,4			35,4	
Número total de acidentes de trabalho		-			1	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as) + Cipa	(X) todos(as) empregados(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 607.572	no Procon 369	na Justiça 2.759	na empresa 607.572	no Procon 369	na Justiça 1.938
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 98,62%	no Procon 92%	na Justiça 11%	na empresa 98,70%	no Procon 92%	na Justiça 12%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2025:	3.288.772		Em 2024:	3.219.812	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		62% governo 4% colaboradores(as) 8% acionistas 7% terceiros 4% retido			60% governo 4% colaboradores(as) 19% acionistas 7% terceiros 7% retido	
7 - Outras Informações	2025			2024		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	14.988			11.683		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	7.464			2.983		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	22.452			14.666		

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	104.130	50.611
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	1.015.172	957.635
Consumidores e concessionárias	6	630.905	679.848
Estoques		17.080	17.494
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	30	29.129	38.496
Tributos a recuperar	7	205.147	277.820
Ativos financeiros setoriais	9	288.520	69.347
Outros créditos	10	313.950	261.651
Total do circulante		2.604.033	2.352.902
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	25.172	23.952
Consumidores e concessionárias	6	62.495	61.801
Tributos a recuperar	7	189.984	189.129
Cauções e depósitos vinculados	23.1	106.866	70.133
Instrumentos financeiros derivativos	30	117.645	190.537
Ativos financeiros setoriais	9	106.412	33.870
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	3.971.256	3.274.065
Outros créditos	10	7.663	11.084
		4.587.493	3.854.571
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	393.940	323.052
Investimentos		621	615
Imobilizado	15	25.128	25.427
Intangível	16	502.104	632.989
Total do não circulante		5.509.286	4.836.654
Total do ativo		8.113.319	7.189.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	25	4.751.788	4.522.099
Custo do serviço de energia elétrica	26	(2.082.504)	(2.003.266)
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	26	(1.280.882)	(1.132.682)
Lucro bruto		1.388.402	1.386.151
Despesas gerais e administrativas	26	(251.873)	(245.504)
Outras receitas	27	10.416	4.727
Outras despesas	27	(53.100)	(35.416)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		1.093.845	1.109.958
Receitas financeiras	28	242.692	202.981
Despesas financeiras	28	(704.060)	(526.608)
Despesas financeiras líquidas		(461.368)	(323.627)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		632.477	786.331
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(244.835)	(103.258)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	19.347	(79.415)
Lucro líquido do exercício		406.989	603.658
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$	29	629.04	933.01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		406.989	603.658
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	24.6	7.960	9.141
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		414.949	612.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
			Reserva especial de ações	Reserva de Lucros	Reserva legal			
Saldos em 31 de janeiro de 2024		616.732	1.650	116.944	2.825	167.805	57.937	1.121.255
Pagamento de dividendos adicionais	24.5	-	-	-	-	-	-	(167.805)
Programa de remuneração variável (ILP)	24.2	-	-	-	157	-	-	157
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais	24.6	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	29	-	-	-	-	-	-	603.658
Proposta de destinação do Lucro Líquido:								
Reserva legal	24.3	-	-	-	-	-	(10.142)	-
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	(398.858)	(398.858)
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	129.403	(129.403)	-
Retenção de lucros	24.4	-	-	-	-	-	(64.824)	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos								-
Ganho e perda atuarial – benefícios pós-emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	13.197
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós-emprego	24.6	-	-	-	-	-	(4.487)	(4.487)
Saldos em 31 dezembro de 2024		616.732	1.650	116.944	2.982	232.629	68.079	1.167.117
Pagamento de dividendos adicionais	24.5	-	-	-	-	-	-	(129.403)
Reversão retenção de lucros p/ dividendos a pagar conf. AGOE 25/04/25	24.4	-	-	-	(64.825)	-	-	(64.825)
Programa de remuneração variável (ILP)	24.2	-	-	-	773	-	-	773
Lucro líquido do exercício	29	-	-	-	-	-	-	406.989
Proposta de destinação do Lucro Líquido:								
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	(259.552)
Retenção de lucros	24.4	-	-	-	-	-	-	(147.437)
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos								-
Ganho e perda atuarial – benefícios pós-emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	12.062
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós-emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	(4.102)
Saldos em 31 dezembro de 2025		616.732	1.650	116.944	3.755	315.241	68.079	1.129.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

hedge e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*; • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; • O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo: Para os *hedges* de valor justo, a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras. Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 30, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente; **t. Benefícios pós-emprego - plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós-emprego** - a Companhia patrocina fundos de pensão pós-emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica (plano de saúde). Para os planos de suplementação de aposentadoria e pensão, a obrigação líquida da Companhia, dos planos na modalidade Benefício Definido (BD), é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuariado qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os outros benefícios pós-emprego, são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados a serem realizados pela Companhia. A avaliação atuarial desses benefícios é realizada anualmente, pelo método crédito unitário projetado. Os custos do serviço corrente e do serviço passado são reconhecidos no resultado do exercício. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido; **u. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/ CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025**

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais. Portanto, não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (TCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (TCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: (i) aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras; (ii) exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela Administração, e (iii) introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revisitos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 74 municípios do estado de Mato Grosso Sul, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	104.130	50.611
Total – circulante	104.130	50.611
5.2. Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2025	2024
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	2.720	385
Fundos de investimentos	9.234	81.052
Fundos de investimentos exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	629	16.591
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	532	659
Compromissadas	75.453	160.519
Fundo multimercado	110.986	39.757
Fundo de renda fixa	531.546	434.838
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	123.245	93.065
Letra Financeira (LF)	117.770	97.838
Nota de Crédito (NC)	1.429	2.112
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	18.993	30.819
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	22.635	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) ⁽²⁾	25.172	23.952
Total ⁽³⁾	1.040.344	981.587
Circulante	1.015.172	957.635
Não circulante	25.172	23.952

⁽¹⁾ Fundos de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

⁽²⁾ Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste – FIDC com vencimento em 01 de outubro de 2034.

⁽³⁾ Inclui R\$ 28.235 (R\$ 95.795 em 2024) referentes a recursos vinculados a bloqueios judiciais, ao Programa Luz para Todos e a outros, bem como ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, sendo classificados no ativo não circulante aqueles que não possuem liquidez imediata e apresentam vencimento no longo prazo. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 99,0% (101,3% em 2024) do CDI.

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

	Saldo a vencer			Saldo vencidos				Total		
	Até 0 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD ⁽¹⁾	2025	2024	
Valores correntes:										
Residencial	128.716	-	71.139	10.341	1.610	5.639	(20.947)	196.498	206.121	
Industrial	17.984	-	3.263	302	565	3.492	(3.501)	22.105	21.656	
Comercial	33.019	-	11.734	1.968	1.488	2.994	(4.608)	46.595	54.873	
Rural	21.256	-	8.957	2.906	5.611	1.775	(1.891)	38.614	40.964	
Poder público	22.268	-	568	7	9	16	(18)	22.850	27.364	
Iluminação pública	10.721	-	55	19	1	119	(119)	10.796	11.139	
Serviço público	10.075	-	85	-	-	-	-	10.160	10.145	
Fornecimento não faturado	204.181	-	-	-	-	(1.642)	202.539	236.050	10.045	
(-) Arrecadação em processo de classificação	(295)	-	-	-	-	-	(295)	-	(647)	
Valores renegociados:										
Residencial	11.442	41.226	6.038	4.311	5.480	36.542	(64.082)	40.957	47.235	
Industrial	875	3.738	316	240	330	1.741	(3.392)	3.848	1.997	
Comercial	5.809	60.671	2.894	1.316	1.388	9.979	(19.055)	63.002	62.866	
Rural	1.624	11.797	832	532	805	2.853	(11.539)	6.904	8.157	
Poder público	4.054	4.493	-	-	-	34	(34)	8.547	5.202	
Iluminação pública	73	2.639	9	-	-	7	(7)	2.721	87	
Serviço público	91	387	20	-	-	201	(203)	496	440	
(-) Ajuste a Valor Presente ⁽²⁾	(587)	(31.379)	-	-	-	-	(31.966)	(30.158)	-	
Subtotal - consumidores	471.306	93.572	105.910	21.942	17.287	65.392	(131.038)	644.371	703.491	
Suprimento de energia ⁽³⁾	30.830	-	-	-	-	1.010	-	31.840	23.011	
Outros ⁽⁴⁾	17.232	-	-	-	-	1.237	(1.280)	17.189	15.147	
Total	519.368	93.572	105.910	21.942	17.287	67.639	(132.318)	693.400	741.649	
Circulante								630.905	679.848	
Não circulante								62.495	61.801	

⁽¹⁾ Seguem as variações das perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa:

	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023 – circulante e não circulante	126.689	115.238
Provisões líquidas constituídas no exercício	68.934	58.081
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(60.788)	(46.630)
Saldo em 2025 e 2024 – circulante e não circulante	134.835	126.689
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	132.318	124.420
Outros créditos (vide nota explicativa nº 10)	2.517	2.269
Ajuste a Valor Presente (AVP): calculado para os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado.		
Suprimento de energia: inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.		
Composição do saldo da CCEE	2025	2024
Créditos a vencer	30.830	22.001
Créditos vinculados a liminares ⁽¹⁾	1.010	1.010
Subtotal créditos CCEE	31.840	23.011
(-) Aquisições de energia na CCEE ⁽²⁾	(59.614)	(17.037)
(-) Encargos de Serviços do Sistema - ESS ⁽³⁾	(806)	(4.777)
Total créditos (débitos) CCEE	(28.580)	1.197
Créditos vinculados a liminares: os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parce de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.		
⁽¹⁾ Vide nota explicativa nº 17.		
Outros: inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores.		

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	87.228	84.994
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	160.025	152.091
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	64.634	50.698
Contribuições ao PIS e à COFINS	22.534	16.988
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS ⁽¹⁾	55.024	157.788
Outros	5.686	4.390
Total	395.131	466.949
Circulante	205.147	277.820
Não circulante	189.984	189.129
Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$514.777 em 2021, oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 27 de maio de 2019. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, resultando ao longo dos exercícios o valor acumulado de R\$216.584 (R\$208.005 em 2024), contabilizados em outros receitas financeiras na demonstração do resultado. A Companhia ingressou com pedido de compensação em 26 de fevereiro de 2021. Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal do Brasil - RFB deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS/Pasep e COFINS, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo estabelecido em lei. As compensações realizadas foram de R\$576.337 (R\$464.994 em 2024).		

8. REAJUSTE, REVISÃO TARIFÁRIA E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. **8.1. Reajuste Tarifário Anual:** O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. Em 08 de abril de 2025 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.441 e Nota Técnica nº 76/2025-STR/ANEEL, homologou o resultado do reajuste tarifário da Companhia, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 1,33%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 08 de abril de 2025. **8.2. Revisão Tarifária Periódica:** A Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorre a cada 5 anos e, neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora. **8.3. Bandeiras Tarifárias:** A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por: • Bandeira Tarifária Verde; • Bandeira Tarifária Amarela; e • Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2. A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

	Anterior R\$/kWh REH nº 3.051/ 2022	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/ 2024 ⁽¹⁾
Bandeira Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,80	7,88

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2025	2024
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Verde
Junho	Vermelha Patamar 1	Verde
Julho	Vermelha Patamar 1	Amarela
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
Outubro	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Novembro	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dezembro	Amarela	Verde

8.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação: O Brasil viveu nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia generalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade. Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL até 2018, por meio do Despacho nº 4.395, de 10 de novembro de 2023. Dessa forma, os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente. Os valores reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contabilizados na atualização financeira devedora, foi de R\$6.264 (R\$4.629 na atualização financeira credora em 2024). **8.5. Prorrogação das concessões:** Em junho de 2024, foi publicado pela Presidência da República, o Decreto 12.068/2024, possibilitando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo término dos contratos se dará entre os anos de 2025 e 2031. Tal decreto define as principais diretrizes para os novos contratos de concessão, objetivando a modernização das redes de distribuição e o melhor atendimento à sociedade. Em outubro de 2024, a ANEEL abriu consulta pública visando obter subsídios para o aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica. Em 27 de fevereiro de 2025, foi publicada a decisão da ANEEL aprovando a minuta do termo aditivo. A Companhia protocolou, em 28 de março de 2025, o pedido de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, em conformidade com o disposto no Decreto nº 12.068/2024, o pedido encontra-se na seguinte situação:

Vencimento atual	Novo vencimento	Data aprovação ANEEL
04/12/2027	04/12/2057	17/06/2025

A partir da aprovação pela ANEEL, os primeiros processos têm sido encaminhados para análise prévia do TCU – Tribunal de Contas da União, para posterior aprovação do contrato de concessão pelo MME.

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	2025		2024		
	Valores em amortização	Valores em constituição	Total	Valores em amortização	Valores em constituição
Ativos financeiros setoriais					
Circulante	-	288.520	288.520	-	69.347
Não circulante	-	106.412	106.412	-	33.870
	-	394.932	394.932	-	103.217

Passivos financeiros setoriais					
Circulante	50.153	21.238	71.391	35.316	-
Não circulante	-	129.316	129.316	-	79.962
	50.153	150.554	200.707	35.316	79.962
	(10.153)	244.378	194.225	(35.316)	23.255

	Receita operacional				Recebimentos/pagamentos			
	Saldos em 2024	Adição	Amortização	Remuneração	Crédito PIS/COFINS	Bandeiras Tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(3,1)	Saldos em 2025

Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	42.905	200.714	(30.540)	11.095	-	(8.287)	-	215.887
Transporte de energia elétrica - Rede básica	43.151	24.640	(36.031)	1.915	-	-	-	33.675
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	(756)	4.499	(2.419)	162	-	-	-	1.486
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	22.930	(31.035)	(19.076)	(2.974)	-	(5.472)	-	(35.627)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(25.102)	118.664	20.644	8.764	-	-	-	122.970
Transporte de energia elétrica - Itaipu	2.721	3.385	(2.312)	134	-	-	-	3.928
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(22.479)	1.241	-	-	-	-	-	(21.238)

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, que detém 64,01% do capital total, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A (91,48% do capital total). Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas)	Compartilhamento ⁽¹⁾	Disponibilização do sistema (despesas)	Comissão aval, fiança e debêntures (despesas financeiras) ⁽²⁾	Saldo a receber (pagar)	pagar aval, fiança e debêntures ⁽²⁾	Saldo a pagar – Disponibilização do sistema
Energisa S.A. ⁽³⁾	(58.769)	(15.144)	-	(75.941)	(11.192)	(532.293)	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ⁽⁴⁾	-	1.077	(12.239)	-	94	-	(358)
Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁴⁾	-	5.999	(3.279)	-	471	-	(168)
Multi Energisa Serviços S/A ⁽⁵⁾	(14.731)	-	-	-	(2.603)	-	-
Energisa Soluções S/A ⁽⁶⁾	(5.125)	-	-	-	(5)	-	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	3.101	-	-	256	-	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	838	-	-	75	-	-
Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A	-	(1.437)	-	-	(139)	-	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	1.028	-	-	82	-	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	(10.010)	-	-	(583)	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	2.436	-	-	208	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(230)	-	-	4	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ⁽⁷⁾	-	49	(377)	-	5	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ⁽⁷⁾	-	64	(317)	-	6	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ⁽⁷⁾	-	56	(325)	-	5	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	110	(622)	-	11	-	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	46	(163)	-	4	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ⁽⁷⁾	-	-	(8)	-	-	-	-
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	-	(48)	-	-	-	-
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	7	(23)	-	1	-	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	124	(1.132)	-	14	-	-
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	161	(1.304)	-	15	-	-
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	213	(415)	-	20	-	-
Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A	-	18	-	-	2	-	-
Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A	-	16	-	-	2	-	-
Companhia de Gás do Espírito Santo – Es Gás	-	55	-	-	6	-	-
Energisa Participações Minoritárias S/A ⁽⁸⁾	-	-	-	(21.699)	-	-	-
Voltz Capital S/A ⁽⁹⁾	-	44	-	-	6	-	-
2025	(78.581)	(11.423)	(20.252)	(97.640)	(13.235)	(532.293)	(526)
2024	(72.484)	(2.704)	(18.972)	(77.676)	(12.453)	(805.838)	(421)

⁽¹⁾ **Contrato de compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. ⁽²⁾ A Companhia efetuou a 9ª, 15ª, 20ª e 22ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energia S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 2025 o valor atualizado é de R\$528.689 (R\$505.720 em 2024). Custo do contrato de comissão de aval e fiança, iniciado em maio de 2025, de garantias da controladora Energisa S/A para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 0,95% a.a. para aval e taxa a razão de 0,15% a.a. para fianças. O montante a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$3.604; ⁽³⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas:** referem-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual. **Serviços de informática e licenciamento de softwares:** contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$132.887, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e contingência; (ii) Serviços de segurança cibernética e compliance; (iii) Licenciamento e manutenção de sistemas comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e prestação de serviços de suporte em sistemas comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e manutenção sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022. ⁽⁴⁾ **Contratos relacionados ao setor elétrico:** a Companhia possui contratos de compra e venda de energia com empresas relacionadas nos termos de CUSD – Contratos de Uso do Sistema de Distribuição. ⁽⁵⁾ Refere-se à prestação de serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL com vencimento em fevereiro/2027. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. ⁽⁶⁾ Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026; e Contrato de prestação de serviços - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho ANEEL, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02 de setembro 2022 e vencimento em 02 de setembro de 2027; ⁽⁷⁾ Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão. ⁽⁸⁾ A Companhia efetuou a 19ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa Participações Minoritárias S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em julho de 2025 as debêntures foram vendidas (R\$300.118 em 2024). ⁽⁹⁾ Serviços de arrecadação de valores relativos a produtos/serviços de parceiros e parcelas de dívidas na fatura de energia elétrica. **Remuneração dos administradores**

	2025	2024
Remuneração anual ⁽¹⁾	7.454	7.514
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	454	424
Remuneração da Diretoria	2.741	2.601
Outros benefícios ⁽²⁾	2.340	2.603

⁽¹⁾ Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2025 foi aprovado na AGO/E de 25 de abril de 2025. ⁽²⁾ Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida. A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas a 2025, foram de R\$71 e R\$3 (R\$64 e R\$3 em 2024) respectivamente. A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$27 (R\$25 em 2024). **Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP):** A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento foi aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações (units) em andamento: (i) 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de Restricted Shares (Matching), iniciado em dezembro de 2023 e o segundo Performance Shares, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2026, (ii) o 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes) e o quarto de Performance Shares, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2027 e (iii) 8º Programa, que se divide em cinco, sendo três de Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes) e dois de Performance Shares, ambos iniciados em maio de 2025, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2028. O 6º, 7º e 8º Programas de Performance Shares são associados as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa. O 6º, 7º e 8º Programas de Restricted Shares são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de units ENGI11 e, após o período de vesting, caso não tenha ocorrido nenhuma movimentação nas units por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de units compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) unit adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) unit, adicionadas das units extraordinárias para os beneficiários elegíveis. Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	Shareholder Return (TSR)		Restricted Shares		Performance Shares		Concessão de ações extraordinário		Concessão de ações Matching - Líderes	
	Programa:		Programas:		Programas:		Programas:		Programas:	
	5 ^o	6 ^o	7 ^o	8 ^o	6 ^o	7 ^o	8 ^o	7 ^o	8 ^o	8 ^o
Método de Cálculo	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão
Total de opções de ações (units) outorgadas	26.212	14.366	15.403	13.345	14.366	15.403	13345	7.826	8.014	938
Opções de ações (units) prescritas	26.212	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	12/05/2022	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2025
Data de início vesting	13/05/2022	11/12/2023	18/05/2024	12/05/2025	30/10/2023	09/05/2024	12/05/2025	18/05/2024	12/05/2025	01/06/2024
		2 anos e			2 anos e					
Prazo de carência	3 anos	5 meses	3 anos	3 anos	5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	12,55%	N/A	N/A	N/A	11,09%	10,97%	13,47%	N/A	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2025	N/A	N/A	N/A	DI1J2026	DI1J2027	DI1J2028	N/A	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	34,88%	N/A	N/A	N/A	28,03%	27,28%	26,73%	N/A	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$ 37,90	R\$ 51,75	R\$ 46,79	R\$ 45,05	R\$ 44,11	R\$ 48,56	R\$ 41,38	R\$ 46,79	R\$ 45,05	R\$ 45,71
		Em	Em	Em	Em	Em	Em	Em	Em	Em
Movimentação	Encerrado	operação	operação	operação	operação	operação	operação	operação	operação	operação

(1) Volatilidade e correlação entre os preços de ação da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para a Total Shareholder Return TSR foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior a data de outorga do programa. Em 20 de maio de 2025 foram assinados os termos de quitação e ciência do 5º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de units previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado. Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2025. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para o exercício. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a empresa apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pró rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquiere o direito a receber as ações (units). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi contabilizado o valor de R\$773 (R\$156 em 2024) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$3.755 (R\$2.982 em 2024).

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, TRIBUTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	2025	2024
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	81.336	81.916
Contribuição Social	29.281	29.490
Total – ativo não circulante	110.617	111.406
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	(247.154)	(258.944)
Contribuição Social	(88.975)	(93.220)
Total – passivo não circulante	(336.129)	(352.164)
Total líquido – passivo não circulante	(225.512)	(240.758)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2025	2024
Base de cálculo IRPJ + CSLL	Base de cálculo IRPJ + CSLL	
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD	134.835	45.844
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	88.181	29.982
Provisões para contingências judiciais e administrativas	35.682	12.132
Ajuste a Valor Presente (AVP)	31.966	10.868
Créditos fiscais - ágio	21.531	7.321
Provisão para ajustes atuariais	8.055	2.739
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(917.111)	(311.818)
Instrumentos financeiros – derivativos	(2.118)	(720)
Provisão para IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(19.535)	(6.642)
Marcação a mercado – dívida	(49.850)	(16.949)
Outras diferenças temporárias	5.092	1.731
Total líquido – passivo não circulante	(663.272)	(225.512)

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

	Realização dos créditos fiscais	
2026	10.587	
2027	14.865	
2028	11.482	
2029	9.913	
2030	7.634	
2031 a 2033	32.312	
Após 2033	23.824	
Total	110.617	

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Alíquota efetiva		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	632.477	786.331
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas fiscais nominais	(215.042)	(267.353)
Ajustes:		
Incentivo fiscal – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	5.200	5.308
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	(370)	(1.902)
Juros Selic sobre recuperação de indébitos tributários ⁽²⁾	3.845	6.844
Provisão IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	-	(2.532)
Reconhecimento de indébitos tributários e outros ⁽²⁾	14.649	64.213
Incentivo fiscal - Outros ⁽³⁾	12.658	12.749
Outros ajustes ⁽⁴⁾	(46.428)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(225.488)	(182.673)
Alíquota efetiva	35,65%	23,23%

⁽¹⁾ Referem-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005; ⁽²⁾ **Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários:** a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários - caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissórias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante

do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures:** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977. ⁽³⁾ Referem-se, basicamente, a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como: - PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), doações/patrocínios culturais, Lei nº 8.313/91 e projetos desportivos, Lei nº 11.438/2006; Em 2025 incluí os efeitos do incentivo fiscal do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), cuja dedução em dobro está prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, em consonância com os entendimentos consolidados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos Pareceres SEI nº 268/2023/MF e nº 1.506/2024/MF. ⁽⁴⁾ Inclui o reconhecimento do passivo referente aos depósitos judiciais da ação judicial acerca da incidência do IRPJ e da CSLL sobre valores recebidos a título de juros moratórios.

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$144.681 (R\$138.572 em 2024). Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 – não circulante	3.274.065	2.659.695
Adições no exercício ⁽¹⁾	584.217	496.517
Baixas no exercício	(31.707)	(20.719)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	144.681	138.572
Saldos em 2025 e 2024 – não circulante	3.971.256	3.274.065

⁽¹⁾ Referem-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção; ⁽²⁾ Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de gastos apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. ATIVO CONTRATUAL – INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Saldos em 2024	Adições	Transferências			Saldo em 2025
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	373.301	768.826	(78.237)	(614.636)	3.139	452.393
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em construção	50.249	44.491	(5.868)	(30.419)	-	58.453
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	323.052	724.335	(72.369)	(584.217)	3.139	393.940

Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	373.301	768.826	(78.237)	(614.636)	3.139	452.399
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em construção	50.249	44.491	(5.868)	(30.419)	-	58.455
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	323.052	724.335	(72.369)	(584.217)	3.139	393.944

⁽¹⁾ O montante de R\$72.369 (R\$78.741 em 2024) foi transferido para o intangível - contrato de concessão, enquanto o montante de R\$3.139 (R\$10.350 em 2024), foi reclassificado do imobilizado. ⁽²⁾ O montante de R\$584.217 (R\$496.517 em 2024) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

15. IMOBILIZADO

15. IMOBILIZADO							
	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldo em 2025
Imobilizado em serviço							
Custo							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	4.562	-	1.366	-	-	5.928
Máquinas e equipamentos	12,61%	60.068	-	2.849	(235)	-	62.682

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação a mercado da dívida	Saldos em 2025
Moeda nacional						
Pós fixado						
IPCA	397.741	(29.614)	(21.914)	39.688	-	385.901
CDI	626.086	(314.787)	(81.524)	66.555	-	296.330
TR	291.730	-	(25.022)	25.373	-	292.081
(-) Custos com captação	(2.900)	-	-	1.004	-	(1.896)
Total em moeda nacional	1.312.657	(344.401)	(128.460)	132.620	-	972.416
Moeda estrangeira						
Dólar	788.942	(75.558)	(39.467)	(45.922)	-	627.995
Euro	72.825	(69.663)	(369)	(2.793)	-	-
Marcação a mercado	(8.824)	-	-	-	10.555	1.731
Total em moeda estrangeira	852.943	(145.221)	(39.836)	(48.715)	10.555	629.726
Total	2.165.600	(489.622)	(168.296)	83.905	10.555	1.602.142
Circulante	539.538	-	-	-	-	376.916
Não circulante	1.626.062	-	-	-	-	1.225.226

	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação a mercado da dívida	Saldos em 2024
Moeda nacional								
Pós fixado								
IPCA	261.558	144.000	(24.220)	(18.671)	35.074	-	-	397.741
CDI	848.803	53.200	(254.581)	(116.997)	95.661	-	-	626.086
TR	291.607	-	-	(21.993)	22.116	-	-	291.730
(-) Custos com captação	(3.415)	-	-	-	2.225	(1.710)	-	(2.900)
Total em moeda nacional	1.398.553	197.200	(278.801)	(157.661)	155.076	(1.710)	-	1.312.657
Moeda estrangeira								
Dólar	572.329	617.428	(547.892)	(33.620)	180.697	-	-	788.942
Euro	60.559	-	-	(1.294)	13.560	-	-	72.825
Marcação a mercado	(1.554)	-	-	-	-	-	(7.270)	(8.824)
Total em moeda estrangeira	631.334	617.428	(547.892)	(34.914)	194.257	-	(7.270)	852.943
Total	2.029.887	814.628	(826.693)	(192.575)	349.333	(1.710)	(7.270)	2.165.600
Circulante	366.525	-	-	-	-	-	-	539.538
Não circulante	1.663.362	-	-	-	-	-	-	1.626.062

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total		Encargos Encargos swap			Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de swap (% a.a.) ⁽²⁾	Garan-tias ⁽³⁾	Cove-nants ⁽⁴⁾
	2025	2024	financeiros anuais	ponta passiva (% a.a.)	Venci-mento				
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	292.081	291.730	TR + 7,00%	-	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,97%	-	R NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	135.186	149.731	CDI + 0,70% + IPCA + 1,83% + 3,00%	-	abr/31	Mensal a partir de mai/21	15,02%	-	R NA
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A	47.561	70.275	IPCA + 1,83% + 3,00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,09%	A + R	1
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B	187.381	179.142	CDI + 0,02 %	-	dez/34	Mensal a partir de nov/27	9,09%	A + R	1
1ª Nota comercial 1ª série	-	211.396	CDI + 1,40%	-	dez/25	Final	15,72%	-	A 1
1ª Nota comercial 2ª série	107.689	211.545	CDI + 1,55% + IPCA + 5,48% + 1,50%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	15,87%	-	A 1
BNDES - 23.2.0329-1	150.959	148.324	CDI + 1,20%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB 1
3ª Nota comercial Série Única	53.455	53.414	CDI + 1,20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A 1
(-) Custos com captação	(1.896)	(2.900)	-	-	-	-	-	-	-
Total em moeda nacional	972.416	1.312.657	-	-	-	-	-	-	-
Loan Citi - 4131 ⁽⁵⁾	-	72.825	EURO + 1,60%	CDI + 1,60%	mar/25	Final	2,11%	15,92%	A 1
BAML - LOAN 4131 - 24032023 ⁽⁵⁾	-	82.149	USD + 5,03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	(6,11%)	15,87%	A 1
CITIBANK NCE - TRADE 65873 ⁽⁵⁾	259.727	292.332	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	jun/28	Final	(2,20%)	15,57%	A 1
BAML - LOAN 4131 ⁽⁵⁾	206.417	232.259	USD + 5,34%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	(5,80%)	15,57%	A 1
Scotiabank Loan 4131 ⁽⁵⁾	161.851	182.202	USD + 5,03%	CDI 1,40%	ago/27	Final	(6,11%)	15,72%	A 1
Marcação a mercado da dívida ⁽⁵⁾	-	1.731	-	-	-	-	-	-	-
Total em moeda estrangeira	629.726	852.943	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.602.142	2.165.600	-	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2025. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 30; ⁽²⁾ Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 30; ⁽³⁾ A = Aval Energisa S/A, R = Recebíveis e FB = Fiança Bancária; ⁽⁴⁾ **Condições de covenants:** o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, conforme abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	⁽¹⁾ Menor ou igual a 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

⁽²⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2025, as exigências contratuais foram cumpridas. ⁽³⁾ As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *“hedge”* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 30); **Garantia:** Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$25.172 (R\$23.952 em 2024), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo, conforme nota explicativa nº 5.2. A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

	2025	2024
Moeda/indicadores		
US\$ x R\$	(11,14%)	27,90%
CDI	14,32%	10,88%
IPCA	4,26%	4,83%
TR	1,97%	0,81%
Euro x R\$	0,51%	20,27%
SOFR	4,31%	5,31%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	403.113
2028	190.545
2029	70.438
2030	118.747
Após 2030	442.383
Total	1.225.226

19. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos apropriados	Marcação a mercado da dívida	Saldos em 2025
Moeda nacional								
Prefixado	-	410.000	-	(26.739)	33.054	-	-	416.315
Pós fixado								
CDI	913.119	-	(6.513)	(82.445)	136.961	-	-	961.122
IPCA	1.664.959	900.000	(74.419)	(98.808)	197.397	-	-	2.589.129
(-) Custos com captação	(42.022)	-	-	-	8.242	(48.336)	-	(82.116)
Marcação a mercado	(123.101)	-	-	-	-	-	71.520	(51.581)
Total	2.412.955	1.310.000	(80.932)	(207.992)	375.654	(48.336)	71.520	3.832.869
Circulante	162.972	-	-	-	-	-	-	487.108
Não circulante	2.249.983	-	-	-	-	-	-	3.345.761

	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos apropriados	Marcação a mercado da dívida	Saldos em 2024
Moeda nacional								
Pós fixado								
CDI	841.711	440.455	(356.490)	(107.024)	94.467	-	-	913.119
IPCA	808.720	850.000	(73.669)	(61.975)	141.883	-	-	1.664.959
(-) Custos com captação	(17.293)	-	-	-	5.303	(30.032)	-	(42.022)
Marcação a mercado	(32.628)	-	-	-	-	-	(155.729)	(123.101)
Total	1.665.766	1.290.455	(430.159)	(168.999)	241.653	(30.032)	(155.729)	2.412.955
Circulante	273.031	-	-	-	-	-	-	162.972
Não circulante	1.392.735	-	-	-	-	-	-	2.249.983

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / Circulação	Rendi-mentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Venci-mento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de swap (% a.a.) ⁽²⁾	Garan-tias ⁽³⁾	Cove-nants ⁽⁴⁾
	2025	2024										
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	5.719	5.479	15/10/2017	3733 / 155000+	5,11% + IPCA +	103,50% CDI	out/27	Final	9,37%	14,82%	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão	-	72.956	15/09/2018	155000 / 139471+	5,08% + IPCA +	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 14ª Emissão	-	6.807	25/08/2020	139471 / 8590+	2,30% + IPCA +	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	16,62%	-	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	11.826	11.333	11/10/2020	8590 / 66410+	4,23% + IPCA +	-	out/27	Final	8,49%	-	SG	NA
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	91.473	87.660	11/10/2020	66410 / 320.000+	4,47% + IPCA +	CDI + 0,835%	out/30	Anual a partir de out/28	8,73%	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão	400.091	383.297	15/10/2021	320.000 / 150.000+	6,09% + CDI +	1,60%	out/31	Anual a partir de out/29	10,35%	15,17%	A	2
Debêntures 17ª Emissão	158.622	156.541	22/08/2022	150.000 / 250.000+	1,60% + CDI +	-	ago/27	Anual a partir de out/26	15,92%	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão	348.564	300.118	04/07/2023	250.000 / 27.569+	1,60% + IPCA +	-	jul/26	Final	15,92%	-	A	2
Debêntures 20ª Emissão 1ª Série	30.875	29.523	13/09/2023	27.569 / 172.431+	6,17% + IPCA +	-	set/30	Final	10,43%	-	SG	NA
Debêntures 20ª Emissão 2ª Série	193.262	184.798	13/09/2023	172.431 / 400.000+	6,45% + IPCA +	-	set/33	Final	10,71%	-	SG	NA
Debêntures 21ª Emissão	444.631	425.967	07/02/2024	400.000 / 80.820+	6,11% + IPCA +	0,72%	fev/31	Final	10,37%	15,04%	A	2
Debêntures 22ª Emissão 1ª Série	87.770	83.908	15/04/2024	80.820 / 99.180+	6,16% + IPCA +	-	abr/31	Final	10,42%	-	SG	NA
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	107.764	103.019	15/04/2024	99.180 / 250.455+	6,40% + CDI +	-	abr/39	Final	10,66%	-	SG	NA
Debêntures 23ª Emissão	262.714	259.097	04/09/2024	250.455 / 270.000+	0,80% + IPCA +	-	set/29	Final	15,12%	-	A	2
Debêntures 24ª Emissão	290.523	277.019	15/09/2024	270.000 / 190.000+	6,44% + CDI +	0,04%	set/34	Final	4,56%	14,36%	A	2
Debêntures 25ª Emissão	191.222	190.556	15/12/2024	190.000 / 410.000+	0,80% + PRE +	0,16%	dez/29	Final	15,12%	-	A	2
Debêntures 26ª Emissão	416.315	-	15/05/2025	410.000 / 540.000+	13,70% + IPCA +	CDI -	mai/32	Final	13,70%	14,16%	A	2
Debêntures 27ª Emissão 1ª Série	555.177	-	15/09/2025	540.000 / 360.000+	7,05% + IPCA +	CDI - 0,31%	set/35	Final	11,31%	14,01%	A	2
Debêntures 27ª Emissão 2ª Série	370.018	-	15/09/2025	360.000 / 360.000	6,95% + CDI -	0,16%	set/40	Anual a partir de set/40	11,21%	14,16%	A	2
(-) Custos com captação	(82.116)	(42.022)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcação a mercado da dívida	(51.581)	(123.101)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.832.869	2.412.955	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2025. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 30; ⁽²⁾ Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº30; ⁽³⁾ A = Aval Energisa S/A e SG = Sem Garantia; ⁽⁴⁾ **Condições de covenants:** as debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	⁽¹⁾ Menor ou igual a: 4,0x até o vencimento, para emissões até 2019	Trimestral e Anual
	⁽²⁾ Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento, para as demais emissões	

⁽²⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos: Em 31 de dezembro de 2025, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	82.055
2028	19.973
2029	603.171
2030	360.723
Após 2030	2.279.839
Total	3.345.761

25. RECEITA OPERACIONAL

	2025			2024		
	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ^{(1) e (2)}	R\$	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ^{(1) e (2)}	R\$
Residencial	1.001.066	2.018.822	2.191.735	978.390	2.244.872	2.352.035
Industrial	6.127	123.447	152.963	6.427	167.240	201.291
Comercial	73.423	508.088	638.963	76.403	687.541	812.963
Rural	77.134	480.265	528.447	78.346	547.756	575.351
Poder público	9.819	231.800	248.577	9.663	284.160	291.913
Iluminação pública	2.942	201.393	130.764	2.429	203.129	126.486
Serviço público	1.591	103.878	97.635	1.535	118.621	109.344
Consumo próprio	228	7.404	-	229	7.806	-
Subtotal	1.172.330	3.675.097	3.989.084	1.153.422	4.261.125	4.469.383
Suprimento de energia a concessionárias	-	505.676	103.925	-	369.995	36.259
Fornecimento não faturado líquido	-	(36.983)	(33.695)	-	(542)	(17.850)
Disponibilização do sistema de distribuição	1.945	-	738.371	1.367	-	608.275
Receita de construção da infraestrutura ⁽³⁾	-	-	714.183	-	-	622.006
Penalidades regulatórias	-	-	(25.054)	-	-	(25.372)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	144.681	-	-	138.572
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	362.758	-	-	49.685
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	656.624	-	-	468.353
Outras receitas operacionais	-	-	74.173	-	-	64.717
Total - receita operacional bruta	1.174.275	4.143.790	6.725.050	1.154.789	4.630.578	6.414.028
Deduções da receita operacional	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	807.074	-	-	847.638
PIS	-	-	83.338	-	-	79.105
COFINS	-	-	383.817	-	-	364.362
ISS	-	-	98	-	-	102
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	15.393	-	-	14.902
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	-	-	3.848	-	-	3.726
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	652.253	-	-	556.217
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	-	7.697	-	-	7.451
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	7.697	-	-	7.451
Ministério de Minas e Energia - MME	-	-	3.848	-	-	3.726
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	8.199	-	-	7.249
Total - deduções da receita operacional	-	-	1.973.262	-	-	1.891.929
Total - receita operacional líquida	1.174.275	4.143.790	4.751.788	1.154.789	4.630.578	4.522.099

⁽¹⁾ Informações não examinadas pelos auditores independentes. ⁽²⁾ MWh: refere-se ao mercado cativo, sem a parcela compensada de MMGD do tipo II/III. ⁽³⁾ Receita de construção da infraestrutura: está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela CPCE 01 – Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

	Custo do Serviço		Despesas Operacionais		Total	
	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiros	Gerais e Administrativas	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	1.552.062	-	-	-	1.552.062	1.583.052
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	530.442	-	-	-	530.442	420.214
Pessoal e administradores	-	105.339	-	56.387	161.726	169.458
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	773	773	157
Benefícios pós emprego	-	3.757	-	1.504	5.261	4.950
Material	-	21.150	1.297	15.282	37.729	33.675
Serviços de terceiros	-	159.701	73	107.774	267.548	239.567
Depreciação e amortização	-	199.876	-	17.933	217.809	193.340
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD	-	68.934	-	-	68.934	58.081
Provisão para trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	-	-	22.981	22.981	21.778
Custo de construção da infraestrutura	-	-	714.183	-	714.183	622.006
Outros	-	6.571	1	29.239	35.811	35.174
Total	2.082.504	565.328	715.554	251.873	3.615.259	3.381.452

	MWH ⁽¹⁾		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Energia de Itaipú - Binacional	926.939	953.939	258.671	243.449
Energia de leilão ⁽²⁾	2.752.725	2.931.624	921.876	918.716
Energia bilateral	188.881	189.698	68.784	164.014
Cotas de Angra	187.412	189.261	58.225	64.136
Energia de curto prazo - CCEE ⁽³⁾	16.048	140.928	148.859	85.604
Cotas Garantia Física	750.002	938.050	179.018	184.415
Energia de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	83.995	95.543	73.922	57.224
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(157.293)	(134.506)
Total	4.906.002	5.439.403	1.552.062	1.583.052

⁽¹⁾ Informações não examinadas pelos auditores independentes. ⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2025 inclui o valor de R\$10.494 (135.271 em 2024) de créditos relacionados à geração distribuída. ⁽³⁾ Inclui demais custos, sendo os efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia de leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu, Encargos de Serviços de Sistema – ESS e Encargos de Energia de Reserva – EER.

27. OUTROS RESULTADOS

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas	-	-	-	-
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	-	8.576	-	4.727
Outros	-	1.840	-	-
Total	-	10.416	-	4.727
Outras despesas	-	-	-	-
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	-	(46.050)	-	(27.190)
Outras	-	(7.050)	-	(8.226)
Total	-	(53.100)	-	(35.416)
Total	-	(42.684)	-	(30.689)

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras	-	-	-	-
Receita de aplicações financeiras	-	119.970	-	89.748
Varição monetária e acréscimos moratórios de energia vendida	-	62.150	-	64.309
Juros Selic sobre impostos a recuperar	-	9.809	-	30.383
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	-	25.376	-	3.965
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	-	8.579	-	13.991
Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	-	(11.829)	-	(9.893)
Outras receitas financeiras	-	28.637	-	10.478
Total das receitas financeiras	-	242.692	-	202.981
Despesas financeiras	-	-	-	-
Encargos de dívidas - Juros	-	(450.187)	-	(358.007)
Encargos de dívidas - Variação monetária e cambial	-	(9.372)	-	(232.979)
Transferência para ordens em curso	-	8.220	-	6.694
Marcação a mercado da dívida	-	(82.075)	-	162.999
Marcação a mercado de derivativos	-	86.039	-	(180.588)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(198.163)	-	120.967
Ajuste a Valor Presente (AVP)	-	(2.185)	-	1.755
Comissão de aval	-	(22.995)	-	-
Atualização de projetos PEE e P&D	-	(2.252)	-	(2.165)
Despesas com IOF	-	(3.793)	-	(2.702)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	-	(17.147)	-	(15.609)
Juros e atualização monetária de incorporação de redes	-	(251)	-	(132)
Juros e Multas	-	(1.876)	-	(1.720)
Benefício pós-emprego - Plano de saúde	-	(2.119)	-	(2.826)
Atualização monetária de provisão para riscos	-	1.359	-	423
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	-	(6.448)	-	(11.285)
Outras despesas financeiras	-	(81.5)	-	(11.433)
Total das despesas financeiras	-	(704.060)	-	(526.608)
Despesas financeiras líquidas	-	(461.368)	-	(323.627)

29. LUCRO POR AÇÃO

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Numerador	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	406.989	-	603.658
Denominador (em milhares de ações)	-	-	-	-
Média ponderada de número de ações ordinárias	-	647	-	647
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária em Reais (R\$) ⁽¹⁾	-	629.04	-	933.01

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R\$144.681 (R\$138.572 em 2024), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	-	104.130	104.130	50.611	50.611
Consumidores e concessionárias	-	693.400	693.400	741.649	741.649
Ativos financeiros setoriais	-	394.932	394.932	103.217	103.217
Total	-	1.192.462	1.192.462	895.277	895.277
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.040.344	1.040.344	981.587	981.587
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	3.971.256	3.971.256	3.274.065	3.274.065
Instrumentos financeiros derivativos	2	146.774	146.774	229.033	229.033
Total	-	5.158.374	5.158.374	4.484.685	4.484.685
Custo amortizado					
Fornecedores	-	408.543	408.543	339.006	339.006
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	-	2.187.011	2.187.844	3.725.612	3.725.612
Arendamentos operacionais	-	3.978	3.978	4.090	4.090
Passivos financeiros setoriais	-	200.707	200.707	115.278	115.278
Total	-	2.800.239	2.801.072	4.183.986	4.183.986
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	144.656	144.656	170.061	170.061
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	-	3.248.000	3.248.000	852.943	866.304
Total	-	3.392.656	3.392.656	1.023.004	1.036.365

Categoria dos instrumentos financeiros: Hedge Accounting: A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo swap (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de hedge de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge. Os contratos de swap são designados e efetivos como hedge de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o hedge foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado no exercício em R\$71.520 (R\$155.729 em 2024) e reconhecimento no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de swap de taxa de juros era reconhecido no resultado. **Fair Value Option:** A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no exercício para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo swap para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (Fair Value Option) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no que fora de outra forma, surgiria. Assim, tanto os swaps quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remuneração reconhecidos no resultado da Companhia. Em 2025, o valor contábil das dívidas designadas como Fair Value Option foi impactado em R\$10.555 devedor (R\$7.270 devedor em 2024) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de swap de taxa de juros era reconhecido no resultado. **Gerenciamento dos riscos: Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **a) Risco de capital:** O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Dívida ⁽¹⁾	-	5.435.011	-	4.578.555
Caixa e equivalentes de caixa	-	(104.130)	-	(50.611)
Dívida líquida	-	5.330.881	-	4.527.944
Patrimônio líquido	-	1.129.059	-	1.167.117
Índice de endividamento líquido	-	4.72	-	3.88

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

b) Risco de liquidez: A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até os vencimentos contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (% a.a.)		Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
			meses	meses	anos	anos	anos	
Fornecedores	-	-	388.516	967.728	1.452.234	2.804.377	20.027	408.543
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,75%	-	230.795	(9.054)	(12.240)	(36.527)	3.721.785	9.176.919
Instrumentos financeiros Derivativos	-	-	49.113	(9.054)	(12.240)	(36.527)	6.590	(2.118)
Total	-	-	668.424	958.674	1.439.994	2.767.890	3.748.402	9.583.344

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia. **c) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do

O custeio do plano Risco é realizado exclusivamente pela Patrocinadora. Os demais planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento. No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$55.110 (R\$4.705 em 2024), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício. Em 2025 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$159 (R\$151 em 2024), valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. **Número de participantes/beneficiários:** Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano está apresentado a seguir:

	2025	2024
Ativos	1.217	1.239
Autopatrocinados	7	7
Benefício Proporcional Diferido - BPD	27	25
Assistidos	266	268
Total	1.517	1.539

31.2. Situação financeira dos planos de benefícios definidos – Avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2025, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação: **a. Número de participantes/beneficiários**

Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação: a. Número de participantes/beneficiários				
	2025		2024	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Número de Participantes	-	12	-	14
Número de Assistidos	117	34	119	52
Total	117	46	119	66

b. Premissas utilizadas na avaliação atuarial

	2025		2024	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
I - Tábuas Biométricas				
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2021 LIGHT (FRACA)	BR-EMS 2021 LIGHT (FRACA)	BR-EMS 2021 por sexo LIGHT (Frac)	BR-EMS 2021 por sexo LIGHT (Frac)
Tábua de Entrada em Invalidez	MI 85	MI 85	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de Mortalidade de Invalídos	Não Aplicável	Família média padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão
Composição Familiar (Ativos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
Composição Familiar (Assistidos)	7,54%	7,12%	6,85% a.a	6,79% a.a
II - Variáveis Econômicas	4,00%	4,00%	4,00% a.a	4,00% a.a
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	11,84%	11,40%	11,13% a.a	11,06% a.a
Expectativa de Inflação Futura	100,00%	100,00%	100%	100%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	Não Aplicável	2,19%	Não Aplicável	2,19%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	0%	0%	0,00%	0,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de Rotatividade				

III - Regime Financeiro de Capitalização

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia. Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (IAS 19). O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários. As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **c. Conciliação da posição dos planos:** A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento – Ativo

	Plano I	Plano II	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2024 e 2023	50.976	36.399	87.375	53.221	38.793	1	92.015
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(4.864)	(5.006)	(9.870)	(3.498)	(5.834)	(1)	(9.333)
Retorno esperado dos ativos do plano	5.459	3.882	9.341	5.030	3.759	-	8.789
Benefícios pagos	(4.041)	(240)	(4.281)	(3.777)	(319)	-	(4.096)
Valor justo dos ativos em 2025 e 2024	47.530	35.035	82.565	50.976	36.399	-	87.375

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento – Obrigação

	Plano I	Plano II	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2024 e 2023	39.091	27.107	66.198	39.119	28.845	1	67.965
Custo do serviço corrente	-	1	1	-	-	-	-
Custo dos juros	4.137	2.854	6.991	3.621	2.768	-	6.389
(Ganhos)/Perdas atuariais	(7.324)	(2.335)	(9.659)	128	(4.188)	(1)	(4.061)
Benefícios pagos	(4.041)	(240)	(4.281)	(3.777)	(319)	-	(4.096)
Valor presente das obrigações em 2025 e 2024	31.863	27.387	59.250	39.091	27.107	-	66.198

Valor presente das obrigações em 2025 e 2024							
	2025			2024			
	Plano I	Plano II	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Posição líquida dos planos							
Valor justo dos ativos	47.530	35.035	82.565	50.976	36.399	-	87.375
Valor presente das obrigações	(31.863)	(27.387)	(59.250)	(39.091)	(27.107)	-	(66.198)
Posição Líquida	15.667	7.648	23.315	11.885	9.292	-	21.177
Limite do Ativo	(15.667)	(7.648)	(23.315)	(11.885)	(9.292)	-	(21.177)
Déficit/Supervált passível de reconhecimento							

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2025		2024	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Investimentos:				
Títulos públicos	89,46%	84,79%	90,53%	85,32%
Créditos privados e depósitos	0,00%	1,95%	0,00%	3,15%
Fundos de investimento	10,41%	13,20%	9,32%	11,47%
Empréstimos e financiamentos	0,13%	0,06%	0,15%	0,06%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

e. Análise de sensibilidade: A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% e 0,5% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2025			2024		
	Valor presente das obrigações Atuariais	Valor presente das obrigações Atuariais	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,50%	Valor presente das obrigações Atuariais	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,50%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,50%
	Real	com redução de 0,50%	com aumento de 0,50%	Real	com redução de 0,50%	com aumento de 0,50%
Plano I	31.863	32.012	31.716	39.091	40.932	37.378
Plano II	27.387	27.516	27.260	28.850	30.213	27.582

31.3. Plano de saúde: A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento: **• Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitada. **• Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem às despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direito, conforme legislação (Lei 9.656/98). Em 2025 as despesas com o plano de saúde foram de R\$28.568 (R\$23.802 em 2024). Inclui R\$310 (R\$396 em 2024) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego. A seguir demonstramos a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço do exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado:

	2025	2024
Valor presente das obrigações em 2024 e 2023	18.118	28.316
Custo do serviço corrente	310	396
Custos dos juros	2.119	2.826
Ganhos/Perdas atuariais - ORA	(12.062)	(13.420)
Valor das obrigações calculadas em 2025 e 2024	8.485	18.118
Circulante	1.089	2.429
Não circulante	7.396	15.689

Demonstração das despesas para os exercícios de 2026, segundo critérios do CPC 33 (R1):

	2026
Descrição	
Custo do serviço corrente	108
Custos dos juros	981
Total da despesa a ser reconhecida	1.089

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso Sul – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Paulo Roberto dos Santos Diretor Presidente	Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Rodrigo Santana Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística
Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas	Rodrigo Brandão Fraiha Diretor Técnico e Comercial	Gioielli de Sousa Filho Diretor sem Designação Específica	Rodolfo da Paixão Lima Diretor Control, Tributário e Patrimonial Contador - CRC RJ 107.310/O-0”S” MS

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

VARIÁVEIS ECONÔMICAS			
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	7,27%	7,27%	7,40%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,56%	11,56%	11,70%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	5,00%	5,00%	4,50%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	9,50%	10,00%	9,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS			
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Invalídos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

32. MEIO AMBIENTE ⁽¹⁾

O Grupo Energisa adota como prioridade a conservação do Meio Ambiente. Em suas atividades de geração, distribuição, comercialização e soluções em energia elétrica, o compromisso permanente é manter a convivência harmoniosa com os recursos naturais, pensando no desenvolvimento do país e no conforto dos clientes através de ações sustentáveis e responsáveis ambientalmente. Para uma gestão sustentável, a EMS desenvolve, prioritariamente, três Programas Ambientais: • Programa de Licenciamento Ambiental, voltado para gestão de licenciamento de nossos empreendimentos; • Programa de Arborização Urbana, em atendimento aos convênios firmados com o município de Campo Grande e o Estado do Mato Grosso do Sul; Programa de Educação Ambiental, em atendimento às condicionantes das licenças operacionais de linhas e subestações. A Companhia prima pelo bom relacionamento com os órgãos licenciadores. Todos os empreendimentos novos ou em operação, são licenciados de acordo com a legislação local, atendendo a todos os estudos exigidos como RAS, PTA, EIA RIMA dentre outros, de acordo com a localização geográfica dos empreendimentos. Apesar da responsabilidade pela poda das árvores ser das administrações municipais, a Energisa tem focado na prevenção e, por isso, auxiliado na execução do serviço em árvores com eventuais impactos de proximidades das redes elétricas e tem buscado parceria das prefeituras, para agilizar a poda de árvores e, com isso minimizar os riscos de interrupção no fornecimento de energia elétrica no período de chuva. O trabalho será executado a quatro mãos, totalmente em parceria com os municípios. Destaca-se ainda, a gradual troca de cabos nus por cabos protegidos / isolados em regiões com muita arborização, mitigando a necessidade e abrangência das podas. Um dos grandes benefícios das trocas de cabos nus por protegidos e/ou isolados auxilia na Preservação dos Ninhos de Arara. A Companhia possui controle dos resíduos perigosos, sendo encaminhados para a disposição final por meio de empresa licenciada e apta a emitir Certificado de Destinação Final. Os programas visam implementar e aprimorar projetos, ações e procedimentos operacionais com foco no meio ambiente, saúde ocupacional e segurança no trabalho, maximizando os impactos positivos e minimizando os impactos negativos das atividades. Os projetos, procedimentos e ações são executadas de forma transversal pelas diversas áreas e são divulgadas e reforçadas junto aos colaboradores e comunidade nos eventos promovidos pela Companhia. Toda a diversidade do bioma do Pantanal, a fauna e a flora são sensíveis as soluções tradicionais de eletrificação, como as redes de distribuição com a fiação exposta, que, pela característica do Pantanal, podem afetar aves de médio e grande porte. Para a instalação dos postes destas redes é necessário a abertura de faixas de passagem, estradas para transporte e infraestrutura pesada de construção. Além do mais, seria necessário a construção de duas subestações de porte para distribuir energia na região. A configuração de uma subestação é muito sensível ao regime de alagamentos da região e a sua construção exige o transporte de equipamentos pesados por uma região que não possui infraestrutura viária. Então, para levarmos energia, conforto e a segurança que a energia elétrica favorece à população do Pantanal a Energisa pesquisou alternativas técnico-econômicas de fontes de energia renováveis para a região e, a que melhor apresentou resultados foi a fonte solar voltaica. Hoje temos mais de 2.500 famílias atendidas na região e, sem ao menos retirar uma árvore do lugar. No ano de 2025, foram investidos mais de R\$210 mil em projetos de Educação ambiental, reflorestamento, doações de mudas e projetos externos. A Energisa Mato Grosso do Sul tem o compromisso de desenvolver e apoiar um caminho sustentável promovendo e apoiando o plantio de árvores que são essenciais para a preservação ambiental, combate às mudanças climáticas e recuperação de áreas degradadas, atuando de forma proativa no tema tão relevante para a execução dos nossos serviços. A Energisa desenvolve o programa “Seu Bairro, Nossa Energia”, com o objetivo de estreitar os laços com os representantes dos bairros, promovendo o fortalecimento do diálogo e o engajamento em temas importantes. Entre os assuntos abordados, destacam-se o consumo consciente de energia elétrica, segurança comunitária, vegetação em contato com a rede elétrica, negociação de débitos, cadastro na Tarifa Social, entre outras iniciativas. Em 2025, realizamos 103 eventos, alcançando um total de 19.841 pessoas. No exercício de 2025 os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$210.101 (R\$48.374 em 2024). ⁽¹⁾ informações não examinadas pelos auditores independentes.

33. COBERTURA DE SEGUROS

				Prêmio Anual
	Data de Vencimento	Importância Segurada	2025	2024
Ramos				
Riscos Operacionais	22/06/2026	90.000	956	1.551
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	109	116
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2027	90.000	1.102	922
Auto - Frota	23/10/2026	Até 1.000/veículo	132	150
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	182.227	508	482
Transporte Nacional	30/07/2026	Até 5.000/ viagem	21	26
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	31	71
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética, cibernética	25/08/2026	50.000	182	215
Riscos Diversos (RD) Equipamentos	-	-	-	586
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo-RETA (Drones)	30/06/2026	1.158/drone	7	7
			3.048	4.126

34. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029
2026 a 2054	1.283.816	1.177.318	1.126.295	1.129.589	13.194.933

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os mesmos foram homologados pela ANEEL.

35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2025	2024
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de ativos	584.217	496.517
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	144.681	138.572
Atividades operacionais		
Incorporação de rede	5.071	10.375
Fornecedores a prazo	63.644	52.100
Arrendamento operacional – IFRS 16	1.527	3.620
Atividades de investimentos		
Incorporação de rede	5.071	10.375
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	63.644	52.100
Intangível – IFRS 16	1.527	3.620

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

36.1. Bandeiras tarifárias: A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país. **36.2. Empréstimos – Liberação de recursos:** Em 03 de março de 2026 a Companhia teve a liberação de R\$144.000 referente à segunda parcela do contrato Nº 23.2.0329-1 de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES firmado em 06 de fevereiro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho Presidente	Ricardo Perez Botelho Vice-Presidente	Jonas Ortiz Rudis Conselheiro Independente
---	--	---

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Roberto dos Santos - Diretor Presidente		
Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Rodrigo Santana Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	Rodrigo Brandão Fraiha Diretor Técnico e Comercial
José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística	Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas	Gioielli de Sousa Filho Diretor sem Designação Específica
Rodolfo da Paixão Lima - Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial - Contador - CRC RJ 107.310/O-0”S” MS		

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso Sul – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Paulo Roberto dos Santos Diretor Presidente	Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Rodrigo Santana Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística
Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas	Rodrigo Brandão Fraiha Diretor Técnico e Comercial	Gioielli de Sousa Filho Diretor sem Designação Específica	Rodolfo da Paixão Lima Diretor Control, Tributário e Patrimonial Contador - CRC RJ 107.310/O-0”S” MS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. Campo Grande – MS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia:** Por que é um PAA: Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede de energia, por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os